



CRIANÇAS, INFÂNCIAS E EDUCAÇÃO NO BRASIL: REFLEXÕES SOB O OLHAR DECOLONIAL

CHILDREN, CHILDHOODS, AND EDUCATION IN BRAZIL: REFLECTIONS FROM A DECOLONIAL PERSPECTIVE

Vitor Hugo Mendes
Izabel Cristina Feijó de Andrade

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar Educação Infantil brasileira, à luz da crítica à colonialidade, buscando compreender como a perspectiva decolonial pode fundamentar práticas pedagógicas orientadas pela desobediência epistêmica. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza analítico-crítica e exploratória, sustentada por revisão bibliográfica sistematizada, análise documental e leitura interpretativa de produções recentes sobre Educação Infantil e decolonialidade, localizadas em bases de dados como SciELO, CAPES, Scopus e repositórios acadêmicos. O referencial teórico articula autores do pensamento decolonial, como Quijano, Mignolo, Dussel, Walsh e Mendes, com estudos sobre infância, cultura infantil, brincar, currículo e formação docente. Os resultados indicam que a colonialidade permanece presente na Educação Infantil por meio da padronização curricular, da escolarização precoce, da centralidade adulta, da contenção dos corpos e da desvalorização das experiências infantis. As pesquisas analisadas apontam que práticas pedagógicas decoloniais precisam reconhecer crianças como sujeitos do conhecimento, produtoras de saberes, linguagens e culturas. Conclui-se que a Educação Infantil pode constituir-se como território de resistência, criação e reinvenção pedagógica, desde que valorize o brincar, a escuta, os territórios, as culturas infantis e a formação docente crítica, comprometida com justiça social e dignidade das infâncias.

Palavras-chave: Educação Infantil; Decolonialidade; Infâncias.

Abstract: This article aims to analyze the implications of the Latin American decolonial turn in Brazilian Early Childhood Education, considering the critique of coloniality and seeking to understand how this perspective can support pedagogical practices grounded in epistemic disobedience and the pluriversality of knowledge. The study adopts a qualitative, analytical-critical, and exploratory approach, supported by a systematized literature review, document analysis, and an interpretative examination of recent academic productions on Early Childhood Education and decoloniality identified in databases such as SciELO, CAPES, Scopus, and institutional repositories. The theoretical framework brings together decolonial scholars, including Quijano, Mignolo, Dussel, Walsh, and Mendes, alongside studies on childhood, children's cultures, play, curriculum, and teacher education. The findings indicate that coloniality remains present in Early Childhood Education through curriculum standardization, early schooling processes, adult-centered practices, the regulation of children's bodies, and the devaluation of children's experiences. The studies analyzed reveal that decolonial pedagogical practices must recognize children as epistemic subjects who actively produce knowledge, languages, and cultures. The article concludes that Early Childhood

Revista Gepesvida

Education can become a space of resistance, creativity, and pedagogical reinvention when it values play, listening, territories, children's cultures, and critical teacher education committed to social justice and the dignity of childhoods.

Keywords: Early Childhood Education; Decoloniality; Childhoods.

INTRODUÇÃO

Pensar a relação entre crianças, infâncias e educação no Brasil exige reconhecer que não se trata apenas de um tema pedagógico ou administrativo, mas de uma questão profundamente social, política e civilizatória. A forma como uma sociedade compreende suas crianças, organiza os espaços destinados à infância e estrutura políticas educacionais voltadas aos primeiros anos de vida revela concepções de humanidade, democracia, justiça social e futuro coletivo. Nesse sentido, a Educação Infantil ocupa lugar estratégico no debate contemporâneo, pois constitui o primeiro contato sistemático de muitas crianças com instituições públicas de cuidado, socialização e aprendizagem, além de representar um campo decisivo para a redução ou reprodução das desigualdades históricas que marcam a sociedade brasileira.

Nas últimas décadas, o Brasil experimentou avanços significativos no reconhecimento da infância como sujeito de direitos. A Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional consolidaram juridicamente a Educação Infantil como dever do Estado e direito da criança, inserindo-a no âmbito da Educação Básica. Tal movimento rompe, ao menos no plano normativo, com antigas concepções assistencialistas que destinavam creches e pré-escolas apenas à guarda de filhos de trabalhadores pobres ou ao atendimento compensatório de supostas carências familiares. A infância passa, assim, a ser reconhecida como etapa singular da vida humana, merecedora de proteção, investimento público e atenção pedagógica qualificada.

Todavia, os avanços legais e institucionais não eliminam automaticamente contradições estruturais presentes na realidade brasileira. Persistem desigualdades no acesso às creches, diferenças regionais na qualidade da oferta, precarização do trabalho docente, insuficiência de financiamento e fragilidade na articulação entre cuidado e educação. Além disso, a universalização formal do direito convive com práticas escolares e concepções pedagógicas muitas vezes marcadas por visões adultocêntricas, normativas e homogeneizadoras. Em muitos contextos, a criança continua sendo percebida mais como futuro aluno produtivo do que como sujeito pleno no presente; mais como objeto de intervenção do que como protagonista de experiências e produtora de cultura.

É precisamente nesse ponto que o olhar decolonial se mostra fecundo para aprofundar a análise. As perspectivas decoloniais latino-americanas evidenciam que a modernidade ocidental se constituiu inseparavelmente da colonialidade, isto é, de estruturas duradouras de dominação econômica, racial, cultural e epistêmica que permanecem atuando mesmo após o fim do colonialismo formal. No campo educacional, tais estruturas se expressam quando determinados saberes são naturalizados como universais, enquanto outros são desqualificados, invisibilizados ou considerados inferiores. Aplicada à Educação Infantil, essa crítica permite questionar modelos únicos de infância, currículos monoculturais e práticas pedagógicas que ignoram a pluralidade de experiências infantis existentes no país.

Falar em infâncias, no plural, constitui, portanto, um deslocamento teórico e

Revista Gepesvida

político fundamental. Não existe uma infância abstrata e homogênea, válida para todos os contextos. Existem infâncias concretas, atravessadas por marcadores de classe social, raça, gênero, território, deficiência, religião e pertencimento cultural. A infância vivida por uma criança indígena em contexto comunitário, por uma criança negra na periferia urbana, por uma criança quilombola, ribeirinha ou migrante não pode ser reduzida a padrões universais formulados a partir de experiências eurocentradas e de classes médias urbanas. Reconhecer essa pluralidade implica revisar concepções pedagógicas, reorganizar currículos e reconstruir relações institucionais entre escola, família e comunidade.

Além disso, o debate contemporâneo sobre crianças e educação precisa enfrentar a crescente instrumentalização da infância por racionalidades econômicas e tecnocráticas. Em diversas políticas públicas, a Educação Infantil tem sido valorizada sobretudo por seus efeitos futuros: aumento da produtividade, melhoria do desempenho escolar posterior, redução de custos sociais ou formação de capital humano. Embora tais argumentos possam fortalecer investimentos estatais, também correm o risco de reduzir a criança a recurso estratégico para o mercado, esvaziando o valor intrínseco da infância como tempo de brincar, imaginar, conviver, experimentar e construir sentidos sobre o mundo.

Diante disso, emerge a necessidade de consolidar projetos educativos que confrontem a colonialidade e fortaleçam experiências pedagógicas críticas, plurais e socialmente referenciadas.

Com essa perspectiva, de acordo com Mendes (2022), o artigo pretende subsidiar “práticas educativas que tratam de decolonizar a realidade social, desarmando as armadilhas da ‘dependência’” (p. 50). Ao mesmo tempo, busca superar criticamente os “contínuos ‘reducionismos’ que operam na esfera educacional, imobilizando inclusive pautas ‘emancipatórias’, ‘cidadãs’ e ‘sustentáveis’” conquistadas em meio a muitos esforços. Essas ameaças, na forma de novos colonialismos, seguem se multiplicando no contexto atual, revelando uma “gama de promessas não cumpridas e que explicitam os efeitos continuados de uma perversa colonialidade pedagógica” (Mendes, 2022, p. 50).

Assim, ao assumir a Educação Infantil como campo privilegiado dessa discussão, a presente reflexão busca evidenciar que a crítica à colonialidade precisa alcançar o cotidiano das instituições, os gestos docentes, as formas de escuta, os modos de organizar espaços e tempos, as concepções de currículo e as experiências vividas pelas crianças. Dessa maneira, um olhar decolonial na Educação Infantil não se reduz a uma formulação teórica, mas se apresenta como possibilidade concreta de reinvenção das práticas pedagógicas na direção de uma educação mais plural, sensível, territorializada e comprometida com a dignidade das infâncias.

A pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza analítico-crítica e exploratória, sustentada por revisão bibliográfica sistematizada, análise documental e leitura interpretativa de produções recentes sobre Educação Infantil e decolonialidade, localizadas em bases de dados como SciELO, CAPES, Scopus e repositórios acadêmicos.

A QUESTÃO DO GIRO DECOLONIAL NA EDUCAÇÃO

As discussões em torno da colonialidade e da decolonialidade têm se intensificado no campo educacional nas últimas décadas, especialmente no contexto latino-americano, em razão da necessidade de revisar criticamente as bases históricas, políticas, culturais e

Revista Gepesvida

epistemológicas que sustentaram a formação dos sistemas educativos modernos (cf. MENDES, 2022). Mais do que um tema emergente ou uma tendência teórica recente, o giro decolonial constitui um deslocamento profundo na forma de compreender a produção do conhecimento, os processos formativos e as relações entre educação, poder e subjetividade.

Nesse sentido, a perspectiva decolonial insere-se na trajetória do pensamento social latino-americano e pode ser compreendida, em diálogo com Mendes (2021a), como continuidade e, ao mesmo tempo, reconfiguração crítica do movimento latino-americano de libertação. Se as pedagogias críticas latino-americanas já haviam denunciado a opressão, a dependência e a desigualdade social, o pensamento decolonial amplia esse debate ao evidenciar que a dominação também se estrutura no plano epistemológico, isto é, na definição de quais saberes são reconhecidos como legítimos, quais sujeitos podem produzir conhecimento e quais experiências são silenciadas ou subalternizadas.

A consolidação da perspectiva decolonial está associada à constituição do Grupo Modernidade/Colonialidade, no final da década de 1990, reunindo intelectuais latino-americanos que passaram a problematizar a relação indissociável entre modernidade e colonialidade. A partir dessas contribuições, evidencia-se que a modernidade ocidental não pode ser compreendida apenas como projeto de razão, progresso, ciência e emancipação, pois sua constituição histórica esteve vinculada à colonialidade como matriz de poder, exploração, hierarquização racial, dominação cultural e controle dos saberes.

Nessa perspectiva, Quijano (2014) compreende a colonialidade como uma estrutura persistente de poder que organiza e hierarquiza sujeitos, territórios, culturas e conhecimentos. Tal compreensão converge com a noção de sistema-mundo moderno, discutida por Wallerstein (2004), no qual as relações de dominação se configuram em escala global, sustentadas por divisões econômicas, políticas e epistêmicas. Do mesmo modo, Mignolo (2017) contribui para essa reflexão ao evidenciar que a modernidade possui um lado obscuro, marcado pela diferença colonial e pela subalternização dos povos, línguas, culturas e racionalidades não europeias.

Desse modo, ainda que os processos históricos de colonização tenham sido formalmente superados, permanecem estruturas de poder, saber e ser que continuam a produzir desigualdades e formas de inferiorização. A colonialidade, portanto, não se limita ao passado colonial, mas permanece ativa nas instituições, nos currículos, nos discursos científicos, nas políticas públicas, nos modos de ensinar e nas formas de reconhecer ou negar determinados sujeitos como produtores de conhecimento.

No campo educacional, essa permanência se expressa quando os currículos privilegiam referências eurocentradas, quando os saberes locais são tratados como inferiores, quando a escola reproduz modelos homogêneos de desenvolvimento e quando as práticas pedagógicas desconsideram as experiências culturais dos sujeitos. Assim, a decolonialidade emerge como horizonte crítico e projeto político-epistemológico voltado ao desvelamento, ao enfrentamento e à superação dessas estruturas.

O avanço dessas discussões levou à formulação da noção de giro decolonial latino-americano, compreendido como uma inflexão no pensamento crítico que introduz novas categorias de análise e reposiciona o lugar de enunciação do conhecimento. Conforme indicam Castro-Gómez e Grosfoguel (2007), Ballestrin (2013) e Mendes (2022), esse giro não corresponde a uma ruptura absoluta com as tradições críticas anteriores, mas a um deslocamento epistemológico que torna visíveis racionalidades, experiências, memórias e saberes historicamente silenciados.

Revista Gepesvida

Nesse horizonte, destaca-se a contribuição de Walter D. Mignolo (2008b, 2017), para quem a decolonialidade implica um movimento de desobediência epistêmica (2008a). Tal noção refere-se à necessidade de romper com a pretensão universalizante das epistemologias modernas, que historicamente se apresentaram como neutras, superiores e universais, ao mesmo tempo em que desqualificaram outros modos de conhecer. A desobediência epistêmica constitui, portanto, um gesto teórico, político e pedagógico de desvinculação da matriz colonial de poder, abrindo espaço para a pluriversalidade dos saberes.

Em diálogo com essa perspectiva, Enrique Dussel (2015; 2016), amplia o debate por meio da noção de transmodernidade, ao propor a valorização de experiências, culturas e racionalidades situadas para além da modernidade eurocêntrica. A transmodernidade não significa negação pura e simples da modernidade, mas superação crítica de seus limites a partir das vozes, experiências e projetos históricos dos povos subalternizados. Essa contribuição é especialmente relevante para a educação, pois permite pensar práticas formativas que não se limitem à reprodução de modelos hegemônicos, mas que se abram à diversidade de modos de existência, aprendizagem e produção de sentido.

No campo educacional, a incorporação da perspectiva decolonial tem possibilitado a emergência das chamadas pedagogias decoloniais. Essas pedagogias não devem ser compreendidas apenas como metodologias alternativas ou técnicas didáticas inovadoras, mas como práticas ético-políticas vinculadas às lutas sociais, culturais, ontológicas e epistêmicas por emancipação. Conforme indicam Walsh (2009, 2013a, 2013b, 2017) e autores correlatos, as pedagogias decoloniais configuram-se como práticas insurgentes que buscam reconfigurar as relações entre conhecimento, poder, subjetividade e formação humana.

Nesse sentido, o pedagógico e o decolonial se encontram quando a educação deixa de ser apenas espaço de transmissão de conteúdos e passa a ser compreendida como prática de leitura crítica do mundo, de enfrentamento das desigualdades e de produção de outros modos de existir. A dinâmica social, como apontam Dias, Bezerra e Damião (2024), é um elemento central para compreender esse enlace, pois as pedagogias decoloniais se constituem a partir das experiências concretas dos sujeitos, de suas memórias, de seus territórios e de suas lutas.

Mais do que propor uma nova metodologia, as pedagogias decoloniais questionam a colonialidade pedagógica presente nas instituições educacionais. Elas interrogam quem define o currículo, quais saberes são legitimados, que sujeitos são escutados, que infâncias são reconhecidas, que linguagens são valorizadas e que formas de vida são consideradas dignas de compor o projeto educativo. Por isso, sua contribuição não se restringe ao campo teórico, mas alcança diretamente a organização das práticas pedagógicas, a formação de professores, a produção curricular e os modos de relação entre escola, comunidade e território.

À luz dessas contribuições, torna-se possível problematizar a Educação Infantil como espaço profundamente atravessado por dinâmicas de colonialidade. Tais dinâmicas incidem sobre as concepções de infância, os currículos, as práticas pedagógicas, a organização dos tempos e espaços, as formas de avaliação e os modos como as crianças são ou não reconhecidas como sujeitos de direitos, de cultura e de conhecimento.

O giro decolonial na educação permite deslocar a compreensão da infância como etapa preparatória para a vida adulta ou para o Ensino Fundamental, reconhecendo as crianças como sujeitos epistêmicos, produtores de saberes, linguagens, narrativas e culturas. Essa perspectiva rompe com visões adultocêntricas e desenvolvimentistas que

Revista Gepesvida

reduzem a criança a um “vir a ser”, isto é, a alguém que ainda não sabe, ainda não pensa, ainda não produz cultura e ainda precisa ser moldado pelo adulto.

Na Educação Infantil, a colonialidade pode se manifestar de formas sutis e cotidianas: na padronização das atividades, na antecipação da alfabetização, na rigidez das rotinas, na centralidade da voz adulta, na redução do brincar a recurso instrumental, na contenção dos corpos infantis e na desvalorização das culturas familiares, comunitárias, populares, indígenas, afro-brasileiras, caboclas e territoriais. Essas práticas revelam que a colonialidade não opera apenas no plano das grandes políticas, mas também nas micropráticas que organizam o cotidiano das instituições.

Nesse contexto, pensar uma Educação Infantil decolonial exige reconhecer o brincar, o corpo, o gesto, o desenho, a oralidade, a imaginação, a curiosidade e as interações como formas legítimas de conhecimento. Exige, ainda, compreender que as crianças produzem sentidos sobre o mundo a partir de suas experiências e que tais produções não podem ser subordinadas exclusivamente à lógica escolarizante, conteudista e preparatória.

Dessa maneira, o referencial decolonial oferece suporte teórico-epistemológico para a análise crítica das políticas e práticas educativas, bem como para a construção de alternativas pedagógicas comprometidas com a desobediência epistêmica e com a reinvenção da educação das infâncias em contextos formais e não formais.

Estudos contemporâneos da Educação Infantil reforçam que a construção de práticas pedagógicas mais democráticas, inclusivas e sensíveis depende da valorização das culturas infantis, da escuta ativa, da observação atenta, da documentação pedagógica e da organização de contextos educativos que reconheçam a criança como protagonista do processo educativo. Assim, a articulação entre o giro decolonial e a Educação Infantil permite não apenas a crítica às matrizes hegemônicas, mas também a construção de práticas pedagógicas situadas, sensíveis, plurais e socialmente referenciadas.

Nesse horizonte, a desobediência epistêmica na Educação Infantil pode ser compreendida como a recusa de práticas que silenciam as crianças e como a afirmação de experiências pedagógicas que valorizam seus modos próprios de conhecer, conviver, brincar, narrar e existir. Trata-se, portanto, de pensar a Educação Infantil não como espaço menor da educação básica, mas como território fundamental para a construção de outras racionalidades pedagógicas e para a efetivação de uma educação comprometida com a pluralidade dos saberes, com a justiça social e com a dignidade das infâncias.

UM OLHAR SOBRE EDUCAÇÃO INFANTIL E DECOLONIALIDADE

A pesquisa, desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, de natureza analítico-crítica, orienta-se pelo referencial do giro decolonial na educação (MENDES, 2022). Essa escolha metodológica justifica-se pelo interesse em compreender processos, discursos, concepções e práticas que atravessam a Educação Infantil brasileira, especialmente no que se refere às manifestações da colonialidade nos modos de organizar o currículo, os tempos, os espaços, as interações e as experiências pedagógicas. Diferentemente de investigações centradas exclusivamente em estudos de caso, esta pesquisa privilegia uma análise ampliada, exploratória e interpretativa, buscando articular fundamentos teóricos, políticas públicas e práticas educativas.

O primeiro movimento da investigação consistiu na constituição de um eixo teórico-analítico, responsável por sustentar a leitura crítica dos dados e orientar a

Revista Gepesvida

construção das categorias de análise. Para isso, realizou-se uma revisão bibliográfica sistematizada sobre os fundamentos do giro decolonial na educação, com atenção às categorias de colonialidade, desobediência epistêmica e pedagogias decoloniais. Também foram considerados estudos recentes sobre Educação Infantil, infância, culturas infantis, brincar, escuta, protagonismo da criança e formação docente, de modo a aproximar o debate decolonial das especificidades das infâncias e das práticas pedagógicas desenvolvidas com crianças pequenas.

No segundo movimento, a pesquisa voltou-se à análise de documentos, discursos e práticas educativas, buscando identificar recorrências, tensões e deslocamentos relacionados às categorias previamente definidas: colonialidade, infância e práticas pedagógicas. A análise documental contempla políticas públicas e normativas da Educação Infantil, enquanto a análise das práticas considera elementos do cotidiano pedagógico, como a organização dos tempos e espaços, as interações entre crianças e adultos, as experiências de brincar, os materiais disponíveis, as formas de escuta e os modos de participação das crianças.

No campo específico da Educação Infantil, a pesquisa compreende que o cotidiano institucional é um espaço privilegiado para observar como a colonialidade se expressa e como pode ser tensionada por práticas pedagógicas mais sensíveis às infâncias. Assim, a análise busca compreender de que modo determinadas práticas podem reproduzir lógicas de controle, padronização, escolarização precoce e silenciamento das crianças, ou, em sentido contrário, podem expressar movimentos de desobediência epistêmica por meio da valorização do brincar, da escuta ativa, da mediação docente, da ampliação das linguagens infantis e da incorporação das experiências e culturas das crianças como ponto de partida para o processo educativo.

Com o objetivo de identificar e analisar a produção acadêmica recente sobre Educação Infantil e decolonialidade, realizou-se um levantamento bibliográfico sistematizado nas bases SciELO, Scopus, Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e repositórios institucionais de universidades brasileiras. Para a busca, foram utilizados os descritores “Educação Infantil”, “infância”, “infâncias”, “decolonialidade”, “giro decolonial”, “pedagogias decoloniais” e suas combinações por meio dos operadores booleanos AND e OR. Considerou-se o recorte temporal compreendido entre os anos de 2022 e 2026, com o propósito de mapear as produções mais recentes sobre a temática. Como critérios de inclusão, foram selecionados artigos científicos, dissertações e teses que abordassem diretamente as relações entre Educação Infantil, infância(s) e perspectivas decoloniais. Foram excluídos trabalhos que, embora utilizassem categorias relacionadas à decolonialidade, não apresentavam interlocução com o campo da Educação Infantil ou dos estudos da infância. A partir desse levantamento, foi possível identificar um conjunto de pesquisas que evidenciam tendências, aproximações teóricas e contribuições para a compreensão das infâncias sob uma perspectiva decolonial.

Ano	Base/localização inicial	Produção encontrada	Contribuição para o artigo
2024	SciELO / Educar em Revista	KUHN; ARENHART; SALVA. “Decolonialidade e educação infantil: para pensar uma pedagogia da infância”	É o artigo mais diretamente conectado ao seu tema: criança, Educação Infantil, linguagem e discurso decolonial.

Revista Gepesvida

Ano	Base/localização inicial	Produção encontrada	Contribuição para o artigo
2024	SciELO / Educação em Revista	SOARES. “O pensamento decolonial nos estudos da infância”	Metapesquisa sobre como o pensamento decolonial aparece nos estudos da infância, incluindo teses, dissertações, ANPED e artigos qualis A1.
2024	Repositório UNESP	NOVAES. “Um olhar decolonial sobre infância(s), Matemática(s) e currículos regionalizados da Bolívia”	Tese que articula infância, Educação Infantil, matemática, interculturalidade e decolonialidade.
2023	UFPA / citado em ANPED 2025	ALMEIDA. “(De)colonialidade e práticas pedagógicas na Educação Infantil...”	Dissertação sobre experiências docentes na Educação Infantil em Maracanã/PA, com recorte amazônico e decolonial.
2022	UFPA / citado em ANPED 2025	CORREA. “Entre o Rio e a Mata”: um olhar decolonial sobre as imagens e representações das infâncias de crianças ribeirinhas...”	Tese sobre infâncias ribeirinhas, representações e prática escolar nas ilhas de Abaetetuba/PA.
2024	Revista de Educação da UESB	“Caminhos para uma Educação Infantil do Campo decolonial”	Discute Educação Infantil do Campo e propõe um fazer decolonial conectado à realidade social e cultural da criança.
2024	Revista Linha Mestra	“Infâncias e decolonialidade na Educação Física Infantil...”	Contribui para pensar currículo, corpo, culturas locais e identidades latino-americanas na Educação Infantil.
2024	Anais/ENDIPE	“Abordagens decoloniais na Educação Infantil”	Produção de evento, útil como mapeamento inicial, embora precise checar se será usada como fonte principal.
2025	Educação Pública	“As narrativas folclóricas amazônicas e o processo decolonial de aprendizagem da criança...”	Estudo de caso sobre narrativas culturais amazônicas, currículo e Educação Infantil.
2026	Educação e Pesquisa / SciELO	“Pedagogias da Sul: perspectiva decolonial na formação...”	Embora mais voltado à formação continuada, ajuda na parte de formação docente em perspectiva decolonial.

As pesquisas recentes localizadas nas bases consultadas indicam que o debate entre Educação Infantil e decolonialidade vem se consolidando como um campo emergente de investigação, especialmente a partir da crítica às concepções adultocêntricas, eurocentradas e escolarizantes que historicamente atravessam a educação das crianças pequenas. O artigo de Kuhn, Arenhart e Salva (2024), publicado na *Educar em Revista*, é uma das produções mais diretamente vinculadas à presente temática, pois problematiza a criança e a Educação Infantil a partir de um discurso decolonial,

Revista Gepesvida

interrogando as implicações de uma postura decolonial na educação das crianças. Ao propor a construção de uma pedagogia da infância em perspectiva decolonial, os autores reforçam a necessidade de deslocar práticas centradas na lógica colonial de educação para práticas que reconheçam a criança como sujeito de linguagem, cultura e produção de sentidos (KUHN; ARENHART; SALVA, 2024).

Outra contribuição relevante é apresentada por Soares, Gebara e Martins (2024), em artigo publicado na *Educação em Revista*, no qual os autores investigam como o pensamento decolonial aparece nos estudos da infância no campo da educação. A pesquisa analisa produções compostas por dissertações, teses, trabalhos apresentados em Grupos de Trabalho da ANPED e artigos científicos publicados em revistas qualificadas, evidenciando que o pensamento decolonial tem sido mobilizado para questionar epistemologias dominantes e ampliar os modos de compreender as infâncias. Essa produção confirma a pertinência da presente investigação, uma vez que demonstra que os estudos da infância vêm incorporando progressivamente categorias decoloniais para problematizar a subalternização de crianças, saberes e experiências educativas (SOARES; GEBARA; MARTINS, 2024).

No campo específico da Educação Infantil do Campo, o estudo “Caminhos para uma Educação Infantil do Campo decolonial” (2024) evidencia que a colonialidade se manifesta de maneira intensa nas infâncias camponesas, sobretudo pela negação histórica de direitos, pela invisibilização dos modos de vida do campo e pela imposição de modelos escolares urbanocêntricos. Essa pesquisa contribui diretamente para a nossa temática ao mostrar que uma Educação Infantil decolonial precisa partir dos territórios, das culturas locais, das formas de vida das crianças e de suas comunidades. Desse modo, reforça-se a importância de compreender a infância não como categoria universal e abstrata, mas como experiência situada, atravessada por pertencimentos sociais, culturais, territoriais e históricos.

As pesquisas também apontam que a decolonialidade na Educação Infantil não se restringe ao currículo formal, mas alcança o corpo, o movimento, a brincadeira e as linguagens infantis. O artigo de Resende (2024), ao discutir “Infâncias e decolonialidade na Educação Física Infantil”, analisa possibilidades e limites do componente curricular no contexto latino-americano, com foco em Brasil, Chile e Argentina. A autora destaca a valorização dos saberes do Sul Global e da América do Sul, indicando que o currículo, quando orientado por uma perspectiva decolonial, pode romper com modelos hegemônicos e reconhecer experiências corporais, culturais e territoriais das crianças. Essa contribuição é particularmente importante para pensar o corpo infantil como lugar de produção de saberes, e não apenas como objeto de disciplina, controle ou adaptação escolar.

Também aparecem produções voltadas ao brincar, à ludicidade e às culturas infantis como dimensões fundamentais da descolonização pedagógica. O estudo sobre ludicidade e decolonização na Educação Infantil, publicado em 2024, aponta que o brincar pode ser compreendido como prática de resistência à lógica escolarizante e conteudista, desde que não seja reduzido a instrumento para alcançar objetivos previamente definidos. Nessa direção, o brincar aparece como linguagem própria da infância, como forma de relação com o mundo e como espaço de produção cultural. Tal perspectiva fortalece a tese de que a desobediência epistêmica na Educação Infantil pode se expressar em práticas cotidianas que valorizam a imaginação, o corpo, a oralidade, a experiência e a criação infantil.

Outro eixo relevante identificado nas pesquisas diz respeito às infâncias indígenas,

Revista Gepesvida

ribeirinhas, amazônicas e territoriais. Trabalhos como o de Correa (2022), sobre as infâncias de crianças ribeirinhas, e o estudo de Santos (2024), sobre o brincar das crianças indígenas na Educação Infantil, apontam que a decolonialidade exige a valorização de epistemologias situadas e a superação de modelos pedagógicos homogêneos. Essas pesquisas indicam que as crianças produzem saberes em diálogo com seus territórios, suas comunidades, suas memórias, suas línguas, seus modos de brincar e suas formas de pertencimento. Assim, contribuem para ampliar o entendimento de que a Educação Infantil decolonial precisa reconhecer a pluralidade das infâncias brasileiras.

As produções encontradas também evidenciam que a colonialidade se manifesta na Educação Infantil por meio da padronização das práticas, da antecipação de processos de escolarização, da centralidade da voz adulta e da desvalorização das experiências infantis. O estudo “Educação Infantil x Decolonialidade: caminhos possíveis?” (2025) reforça essa análise ao discutir como o processo histórico de dominação moldou concepções de criança, infância e ensino, impondo modelos pedagógicos hegemônicos e eurocentrados. Essa constatação dialoga diretamente com a presente pesquisa, pois permite compreender que a colonialidade não se expressa apenas nas grandes estruturas políticas, mas também nos gestos cotidianos da instituição: na rotina rígida, na atividade padronizada, na contenção dos corpos, na pouca escuta das crianças e na hierarquização dos saberes.

De modo geral, as pesquisas analisadas apontam que a articulação entre Educação Infantil e decolonialidade contribui para três movimentos centrais: primeiro, a crítica às matrizes coloniais que estruturam concepções de infância, currículo e docência; segundo, o reconhecimento das crianças como sujeitos epistêmicos, produtores de cultura, linguagem e saberes; terceiro, a construção de práticas pedagógicas situadas, sensíveis aos territórios e comprometidas com a pluralidade das infâncias. Portanto, o levantamento confirma a relevância da presente investigação ao demonstrar que ainda há necessidade de aprofundar, sistematizar e ampliar o debate sobre práticas pedagógicas decoloniais na Educação Infantil brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar as implicações do giro decolonial latino-americano na Educação Infantil brasileira, à luz da crítica à colonialidade, buscando compreender de que modo tal perspectiva pode fundamentar práticas pedagógicas orientadas pela desobediência epistêmica e pela afirmação da pluriversalidade dos saberes. Ao longo da pesquisa, tornou-se possível evidenciar que a discussão decolonial oferece uma contribuição relevante para o campo educacional, especialmente quando deslocada para a análise das infâncias, dos currículos, das práticas pedagógicas e da formação docente.

Ao escrutinar os fundamentos históricos, teóricos e epistemológicos do giro decolonial latino-americano, verificou-se que a colonialidade não se restringe ao passado colonial, mas permanece ativa nas formas de organização do conhecimento, nas políticas educacionais, nas práticas institucionais e nos modos de reconhecer ou silenciar determinados sujeitos. Nesse sentido, o pensamento decolonial permite problematizar as bases modernas e eurocentradas que ainda atravessam a educação, evidenciando a necessidade de construir outras racionalidades pedagógicas, mais abertas à pluralidade cultural, territorial e epistêmica.

Revista Gepesvida

No campo específico da Educação Infantil, a pesquisa apontou que as dinâmicas da colonialidade se manifestam nas concepções de infância, na padronização curricular, na antecipação de processos escolarizantes, na rigidez das rotinas e na subordinação das experiências infantis a modelos pedagógicos adultocêntricos. Tais elementos indicam que a Educação Infantil, embora reconhecida legalmente como direito da criança e primeira etapa da Educação Básica, ainda convive com práticas que podem limitar a escuta, o brincar, a imaginação, o corpo, a oralidade e outras linguagens próprias das crianças.

~~Considerando o recorte da região serrana da AMURES (SC),~~ Em concreto, a pesquisa reafirma a importância de produzir conhecimento situado, atento às especificidades sociais, culturais e educacionais dos territórios. Compreender a Educação Infantil a partir de contextos concretos permite superar generalizações abstratas sobre a infância e reconhecer que as crianças vivem experiências diversas, atravessadas por culturas locais, memórias comunitárias, pertencimentos familiares e modos singulares de relação com o mundo.

A análise também permitiu identificar que práticas pedagógicas orientadas pela desobediência epistêmica não se configuram apenas como discursos teóricos, mas podem se expressar em escolhas cotidianas: na valorização do brincar como linguagem central da infância, na organização de espaços mais abertos à exploração, na escuta ativa das crianças, na flexibilização do planejamento, na valorização das culturas infantis e na incorporação dos contextos socioculturais das crianças como ponto de partida para o processo educativo.

Dessa forma, conclui-se que perspectiva decolonial na Educação Infantil contribui para deslocar a criança do lugar de objeto da ação pedagógica para o lugar de sujeito de direitos, saberes, linguagens e culturas. Tal deslocamento exige uma reconfiguração do olhar docente, da formação de professores e das práticas institucionais, de modo que a Educação Infantil deixe de ser compreendida como etapa preparatória e passe a ser afirmada como território de experiência, criação, convivência, cuidado e produção de conhecimento.

Por fim, este estudo reforça a necessidade de consolidar uma agenda investigativa voltada às pedagogias decoloniais na Educação Infantil brasileira. Essa agenda deve articular fundamentos teóricos, políticas públicas e práticas pedagógicas, contribuindo para a construção de uma educação comprometida com a justiça social, a equidade, a pluralidade epistêmica e a dignidade das infâncias.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Débora Renata Muniz. (De)colonialidade e práticas pedagógicas na Educação Infantil: experiências dos(as) educadores(as) no Município de Maracanã (Pará/Amazônia/Brasil), no período de 2021 a 2022. 2023. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2023.

ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política, v. 11, 89-117, 2013.

Revista Gepesvida

BRASIL. Constituição Federal do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/aceso-a-informacao/governanca/governanca-do-setor-de-defesa/legislacao-basica-1/arquivos/2022/constituicao-da-republica-federativa-do-brasil.pdf/view>. Consultado em: 28 mar. 2026.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2012. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Consultado em: 25 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Consultado em: 28 mar. 2026.

CASTRO GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

CARNEIRO, Ana Carla Pimenta de Oliveira; CONCEIÇÃO, Ana Paula da Silva. Educação Infantil x decolonialidade: caminhos possíveis? In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 11., 2025. Anais [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2025. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2025/TRABALHO_COMPLETO_E_V214_ID9536_TB2220_29102025155658.pdf. Acesso em: 16 jun. 2026.

CORREA, Maria Francisca Ribeiro. “Entre o Rio e a Mata”: um olhar decolonial sobre as imagens e representações das infâncias de crianças ribeirinhas e suas implicações na prática escolar nas Ilhas de Abaetetuba-PA. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2022.

DIAS, Alder de Sousa; BEZERRA, Damião; ABREU, Waldir Ferreira. Pedagogias decoloniais: do giro decolonial latino-americano ao contexto científico brasileiro. Cadernos de Pesquisa, São Luís, v. 31, n. 4, p. 1-24, out./dez. 2024.

DUSSEL, Enrique. Filosofías del Sur. Descolonización y Transmodernidad. España: Akal, 2015.

DUSSEL, Enrique. Transmodernidad e interculturalidad (Interpretación desde la Filosofía de la Liberación). In: LANDER, Edgardo (comp.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. 2. ed. Buenos Aires: 2016. p. 45-72.

DUSSEL, Enrique. La Pedagógica Latinoamericana. Bogotá: Editorial Nueva América, 1980.

ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimiento de otro modo. El programa de investigación de Modernidad/Colonialidad latinoamericano. Tabula Rasa vol. 1, p. 51-86, 2003.

Revista Gepesvida

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GROSFOGUEL, Ramón; MIGNOLO Walter. Intervenciones descoloniales. Una breve introducción, *Tabula Rasa*, v. 9, 29-37, 2008.

GROSFOGUEL, Ramón; MIGNOLO Walter. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 80, 115-147, 2008.

GROSFOGUEL, Ramón. De la sociología de la descolonización al nuevo antiimperialismo decolonial. México: AKAL, 2022.

KUHN, Martin; ARENHART, Livio Osvaldo; SALVA, Sueli. Decolonialidade e educação infantil: para pensar uma pedagogia da infância. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 40, e87423, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/rdRNCFTWxBWNYQ8BxSSf9Cq/>. Acesso em: 16 jun. 2026.

KOFFERMANN, Márcia. Papa Francisco e o pensamento decolonial. Uma voz do Sul do mundo. *Teología y Vida*, v. 64, n. 3, 299-320, 2023.

LANDER, Edgardo (comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. 2. ed. Buenos Aires: 2016.

LÖWY, Michael. *O que é cristianismo de libertação? Religião e política na América Latina*. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

MARCELINO, Karina F.; MORAES, Mário C. B. Pesquisa qualitativa como proposta metodológica para os estudos com enfoque decolonial. *Revista Ser Humano*, v. 14, n. 25, p. 96-112, jul./dez., 2024.

MENDES, Vitor Hugo. América Latina, cambio de época y destino histórico común. Notas de estudio sobre la actual pluralidad cultural y religiosa”, *Albertus Magnus*, Colombia, v. 4, n. 2, p. 253-264, 2013.

MENDES, Vitor Hugo. América Latina y El Caribe en su propio cuento. Una perspectiva de futuro para la región latinoamericana. In: GRAUPE, Mareli E.; Santos, Vanice; ANDRADE, Izabel C. Feijó (Org). *Anais do Edupala: I Congresso Internacional “Penso onde sou”: Conhecimentos Pertinentes para a Educação na América Latina*. São Paulo: ICEP, 2016. p. 783-790.

MENDES, Vitor Hugo. Liberación, un balance histórico bajo el influjo de Aparecida y Laudato si’. *El aporte latinoamericano de Francisco*. Curitiba: Appris/Ameríndia, 2021a. v. 1.

MENDES, Vitor Hugo. La ‘herida colonial’ y la impronta decolonial: nuevas coordenadas para los procesos de la liberación latinoamericana. In: *Liberación, un balance histórico bajo el influjo de Aparecida y Laudato si’*. El aporte latinoamericano

Revista Gepesvida

de Francisco. Curitiba: Appris/Ameríndia, 2021c. v. 1. p. 67-102.

MENDES, Vitor Hugo. Giro decolonial e educação no contexto latino-americano. *Revista Aula* (Universidade de Salamanca), v. 28, p. 41-53, junho de 2022.

MENDES, Vitor Hugo; HERNÁNDEZ DÍAS, José María. Educación, teoría poscolonial e perspectiva decolonial. *Resonancias en España y Portugal*. *Revista Aula* (Universidad de Salamanca), v. 28, p. 203-216, junio de 2022.

MENDES, Vitor Hugo. Contextura cabocla da região serrana dos Campos de Lages: notas sobre cultura(s) e desenvolvimento regional. In: AAVV. *Anais do IV EDUPALA: Educação na América Latina: sular e esperar e I Seminário dos Povos Originários*. São Paulo: Editora na Raíz, 2024. p. 357-360.

MENDES, Vitor Hugo. O sujeito da educação em um contexto pós-metafísico. A propósito de um sujeito linguístico na educação. *Veranópolis: Diálogo Freiriano*, 2025.

MIGNOLO, Walter. *La Idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa editorial, 2007.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras*, n. 34, p. 287-324, 2008a.

MIGNOLO, Walter. La opción decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto y un caso”, *Tabula Rasa*, n. 8, 234-281, 2008b.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade. O lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 40, p. 1-18, 2017.

NASCIMENTO, Iracema Santos do; GRILO, Juliana Froeder Alves. Pedagogias da Sul: perspectiva decolonial na formação continuada para a educação das relações étnico-raciais. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 52, e293887, 2026. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/KKkb3mWQgbMFz4GHYMvqG6g/>. Acesso em: 16 jun. 2026.

NOVAES, Joana Inês. Um olhar decolonial sobre infância(s), Matemática(s) e currículos regionalizados da Bolívia. 2024. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2024. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/bb0c8618-09e2-4c16-8273-80ec51ac8cca>. Acesso em: 16 jun. 2026.

OMAR, Sidi M. *Los estudios post-coloniales. Una introducción crítica*. España: Universitat Jaume I, 2008.

QUIJANO, Aníbal. *Cuestiones y Horizontes De la Dependencia Histórico-Estructural a la Colonialidad/Descolonialidad del Poder*. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

RAMALHO, Bárbara B. Moreira; LEITE, Lúcia H. Alvarez; CARVALHO, Paulo F. Lopes. A educação como prática de liberdade: uma perspectiva decolonial sobre a escola. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v.35, 2019. e214079.

Revista Gepesvida

RESENDE, Lucas Barbosa; CORTES, Suelen Gonçalves de Oliveira; RESENDE, Diane Rodrigues Amado; LEITÃO, Arnaldo Sifuentes. Infâncias e decolonialidade na educação física infantil latino-americana. *Linha Mestra*, Campinas, v. 18, n. 54, p. 90-106, set./dez. 2024. Disponível em:

<https://lm.alb.org.br/index.php/lm/article/view/1553>. Acesso em: 16 jun. 2026.

SANTOS, Boaventura Sousa. Epistemologias del sur. *Utopia y Praxis Latinoamericana*, v. 16, n. 54, p. 17-39, 2011.

SOARES, Ademilson de Sousa; GEBARA, Tânia Aretuza Ambrizzi; MARTINS, Lucas Ramos. O pensamento decolonial nos estudos da infância: epistemologias críticas e pós-críticas. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 40, e46401, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/ZBQcW6yWx7ZZqPMCNYfPLcm/>. Acesso em: 16 jun. 2026.

STRECK, Danilo R. (org.). *Fontes da Pedagogia Latino-americana. Uma antologia*. Curitiba: Editora Autêntica, 2010.

STRECK, Danilo R. e Moretti, Cheron Zanini (orgs.). *Colonialidade e insurgência: contribuições para uma pedagogia latino-americana*. *Revista Lusófona de Educação*, v. 24, p. 35-52, 2013.

Streck, D.; Moretti, Cheron Zanini; Adams, Telmo (orgs.). *Fontes da Pedagogia Latino-americana. Heranças (des)coloniais*. Curitiba: Appris, 2019.

SVAMPA, Maristela. *Debates latinoamericanos: Indianismo, desarrollo, dependencia y populismo*. Buenos Aires: Edhasa, 2016.

VAZ, Alexandre Fernandez; Momm, Caroline Machado (Org.). *Educação infantil e sociedade: questões contemporâneas*. Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. *World-systems analysis: An Introduction*. Estados Unidos: Duke University Press Books, 2004.

WALSH, Catherine (Ed.). *Estudios culturales latinoamericanos. Retos desde y sobre la región Andina*. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2003.

WALSH, Catherine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria Ferrão (org.). *Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-42.

WALSH, Catherine. (ed.). *Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013a.

WALSH, Catherine. Lo pedagógico y lo decolonial: entretejiendo caminos. In: WALSH, Catherine. (ed.). *Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013b. p. 23-68.

Revista Gepesvida

WALSH, Catherine. Decolonialidad, Interculturalidad, Vida desde el Abya Yala-Andino. Notas pedagógicas y senti-pensantes. In: BORSANI, María Eugenia; QUINTERO, Pablo (Comp.). Los desafíos decoloniales de nuestros días: pensar en colectivo. Neuquén-Arg: EDUCO; Universidad Nacional del Comahue, 2014. p. 47-78.

WALSH, Catherine. Gritos, grietas y siembras de vida: entretejer de lo pedagógico y lo decolonial. WALSH, Catherine. (ed.). Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo II. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2017. p. 18-45.